

## **GUANABARA, Alcindo**

\*const. 1891; dep. fed. RJ 1891-1893; dep. fed. DF 1894-1899 e 1906-1911; sen. DF 1912-1917; sen. RJ 1918.

*Alcindo Guanabara* nasceu em Magé, província do Rio de Janeiro, no dia 19 de julho de 1865, filho de Manuel José da Silva Guanabara e de Júlia de Almeida da Silva.

Em 1880 ingressou no Colégio José Ferreira da Paixão, em Petrópolis, e em 1883 concluiu os estudos secundários. No ano seguinte matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império, onde permaneceu até o terceiro ano. Nesse período, para custear os estudos, trabalhou como inspetor no Asilo de Meninos Desvalidos.

Em 1886 fundou o jornal acadêmico *Fanfarra*. Trabalhou também na *Gazeta da Tarde*, ao lado de José do Patrocínio e Raul Pompeia, escrevendo crônicas políticas sob o pseudônimo Aranha Minor. A experiência então adquirida lhe abriu portas em diversas revistas e jornais do Rio e de São Paulo, onde passou a escrever textos literários e a debater as grandes questões colocadas na agenda política do momento, como a Abolição e a República. Considerado um dos maiores jornalistas brasileiros da Primeira República, entre 1887 e 1914 colaborou e trabalhou como redator nos jornais *Cidade do Rio*, *Novidades*, *Correio do Povo*, *Jornal do Comércio*, *a Tribuna*, *a Nação* e *o País*. Em 1897 foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, onde passou a ocupar a cadeira nº 19. Criou ainda o jornal *a República* e dirigiu a *Imprensa* – adquirido em 1906 e do qual esteve à frente até 1914.

### DEPUTADO FEDERAL

Com a proclamação da República, iniciou sua trajetória política. Nas eleições de 15 de setembro de 1890 para o Congresso Constituinte, elegeu-se deputado pelo estado do Rio de Janeiro com o apoio de Quintino Bocaiúva e Francisco Portela. Na Constituinte, foi uma das figuras preeminentes do grupo que iniciou a oposição ao governo do marechal Deodoro da Fonseca, composto por Demétrio Ribeiro, Aníbal Falcão, Barbosa Lima, Nilo Peçanha, Antônio de Faria e Muniz Freire.

Concluídos os trabalhos de elaboração da Carta de 1891, na legislatura 1891-1893, identificando-se com o florianismo, passou a defender o fortalecimento do Poder Executivo e a ideia de que o marechal Floriano Peixoto era a personificação da República e da Constituição. No âmbito econômico, criticou o tratamento preferencial dado à agricultura e defendeu a industrialização como instrumento de progresso nacional, chegando a submeter à Câmara uma representação dos industriais do Rio de Janeiro solicitando isenções fiscais e uma política de incentivos para o setor.

Em 1893, nomeado superintendente-geral de Imigração, viajou para a Europa. De volta ao Brasil no ano seguinte, reelegeu-se deputado federal para mais duas legislaturas, 1894-1896 e 1897-1899, agora como representante carioca, pelo Partido Republicano Federal (PRF) do Distrito Federal. Aliado de Francisco Glicério, chefe do PRF, trabalhou na eleição de Prudente de Moraes para a presidência da República no quadriênio 1894-1898. Quando do rompimento de Prudente com o PRF, passou para a oposição, aproximando-se do grupo jacobino da bancada do Distrito Federal. Assumiu, no período, um discurso nacionalista, em defesa do resguardo da independência e da integridade do Brasil republicano. Entre 1894 e 1899 integrou a Comissão de Orçamento da Câmara, destacando-se nas discussões relativas aos problemas financeiros do país e aos entraves ao desenvolvimento da economia brasileira.

Acusado de envolvimento no atentado a Prudente de Moraes perpetrado em novembro de 1897, foi preso e enviado para a ilha de Fernando de Noronha, junto com Barbosa Lima, Santana Néri, Tomás Cavalcanti e José Maranhão. Com o *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal, retornou ao Rio de Janeiro, onde voltou a dedicar-se à oposição nas folhas do jornal a *Tribuna*. Durante o governo Campos Sales (1898-1902), passou para as fileiras da situação e defendeu a política econômica do então ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho. Nas eleições de dezembro de 1899, no entanto, não conseguiu a renovação de seu mandato.

O retorno à Câmara ocorreria em 1906. Nesse ano, na pauta das discussões do Congresso figurou a reforma do Exército e a lei de sorteio militar. Propôs, na ocasião, uma emenda

que impedia os filhos de famílias mais abastadas de livrarem-se do serviço graças aos recursos que possuíam. De acordo com a emenda apresentada, o cidadão só seria alistado para a reserva do serviço ativo ao completar 20 anos, e o sorteio se faria entre esses, que deveriam servir por dois anos. Para os voluntários, o serviço seria de um ano apenas. A emenda retirava ainda o privilégio contido no projeto original que baixava de três para um ano o tempo de serviço para aqueles que pudessem custear-se. A justificativa de sua proposta teve como base o argumento de que o papel do Exército era formar cidadãos para a garantia da ordem, da autoridade e da democracia.

Reeleito para a legislatura 1909-1911, nas eleições presidenciais de março de 1910 voltou a destacar-se no plenário da Câmara e na imprensa carioca, em defesa da candidatura situacionista de Hermes da Fonseca, ao lado do senador Pinheiro Machado (RS), fundador do Partido Republicano Conservador (PRC), no qual passaria a militar. Dois anos depois, conquistaria uma cadeira no Senado. À época, era considerado homem de confiança do general gaúcho.

#### SENADOR

Ocupando em 1912 a vaga aberta com a saída de Lauro Sodré – eleito senador pelo Pará –, Alcindo Guanabara integrou no Senado as duas comissões permanentes mais importantes da máquina parlamentar. Foi membro da Comissão de Poderes em 1913 e de 1915 a 1917, e, nesse último período, também da Comissão de Finanças.

No exercício do mandato, usou o plenário do Senado, em 1912, para defender a reciprocidade para os autores brasileiros de obras científicas, literárias e artísticas dos direitos conferidos aos autores estrangeiros pela Lei n.º 2.577, de 17 de janeiro. No ano seguinte, apresentou emenda ao orçamento do Ministério da Justiça favorecendo funcionários da Escola Profissional XV de Novembro, instituição dedicada ao cuidado da infância desvalida e abandonada do Distrito Federal.

Em 1914, na qualidade de relator da receita, criticou a ação da Câmara dos Deputados, que enviou o projeto de Orçamento para o exercício financeiro de 1915 na véspera do

encerramento das sessões do Congresso, privando o Senado de colaborar na sua elaboração. Criticou ainda o que considerou cobrança abusiva de impostos sobre determinados bens de consumo. Fazendo um balanço da situação econômico-financeira enfrentada pelo país no período, indicou como principais responsáveis a falta de incentivos à diversificação da produção, a ausência de uma política facilitadora de acesso a créditos, a recorrência excessiva a impostos e taxas para ampliar a arrecadação e a retração do crédito internacional provocada pelo conflito mundial.

Em 1915, teve o pedido de dispensa das comissões de Finanças e Poderes, pessoalmente encaminhado, rejeitado pelo Senado. A iniciativa decorreu das acusações de suborno feitas por um deputado. No mesmo ano, com as mortes de Pinheiro Machado e Augusto de Vasconcelos, ocuparia a tribuna para exaltar a ação dos dois parlamentares.

Em 1916, em vez de apoiar a candidatura ao Senado de Tomás Delfino dos Santos, do Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF), suposto herdeiro político de Augusto de Vasconcelos, apoiou Irineu Machado. O episódio provocou sua saída do PRDF, partido ao qual estava ligado, e ingresso no Partido Autonomista da capital, chefiado pelo intendente municipal Mendes Tavares. No mesmo ano, apresentou emenda ao Orçamento da União estendendo o pagamento do imposto cobrado aos operários dos mesmos estabelecimentos do governo a mestres, contramestres e chefes. A emenda estabelecia ainda o imposto de 5% sobre as diárias, jornais, salários e vencimentos recebidos por operários, jornaleiros, diaristas e trabalhadores da União. A justificativa apresentada foram os interesses do Estado. Foi de sua autoria também o Projeto nº 47 – 1916, que regulamentava as indenizações por desastres nas estradas de ferro da União. Na tramitação dos projetos de lei relativos aos monopólios da produção do tabaco e dos seguros de vida, em 1917, assumiu postura contrária.

Foi novamente eleito para o Senado em 1918, dessa vez pelo estado do Rio de Janeiro, mas não chegou a completar o ano legislativo em função do agravamento de seu estado de saúde. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 20 de agosto.

Publicou, entre outros: *Amor; conto na vida moderna* (1886); *La République Brésilienne* (1893); *História da Revolta de 6 de setembro* (1895); *Finances Brésiliennes* (1896); *A presidência Campos Sales. Política e finanças. 1898-1902* (1902); *A casa de Dickens* (1908); *Jornal do Comércio. A tradição* (1908); *Discursos fora da Câmara* (1911) e *Pela infância abandonada e delinquente no Distrito Federal* (1917).

*Surama Conde Sá Pinto*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BEHAR, E. *Vultos*; CÂM. DEP. *Anais* (1890-1911); CASTRO, S. *República*; EDMUNDO, L. *Rio de Janeiro* (v.5, p. 971-973); LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* ; LIMA, J. *Figuras*; SENADO (1912-1918); VIEIRA, J. *Cadeia*.